Ata nº. 7 – Sessão extraordinária de 22/11/2013

---------Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na sala das sessões da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:----------
---------**Protocolo de Gestão Funcional da ZCTAPO;**----------
---------**Alteração à Postura de Trânsito;**----------
---------**Regulamento da Utilização do Parque de Merendas do Gargalão**;----------
---------**5.ª Revisão Orçamental para o ano de 2013**. Este ponto fazia parte da ordem de trabalhos mas foi retirado por se ter resolvido a situação por parte do técnico de consultoria que dá apoio contabilístico à Junta de Freguesia.----------
---------Estiveram presentes: Maria do Rosário Batarda Menor Rita (Presidente – CDU), Ana Maria Guerreiro Soares Pinto (1.ª Secretária - CDU), Manuel António Fraústo Verdades (2.º Secretário - CDU), Maria João Mendes Galamba - CDU), João António Ramos Diniz (PS), José Carrasco Camacho (PS) e Lurdes Maria Ribeiro Lampreia (PS).----------
---------**PRESENÇA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA**------
---------Em cumprimento do disposto no art.º 19.º do Regimento da Assembleia de Freguesia estiveram presentes na sessão o senhor Presidente da Junta, Bruno Miguel Valente Monteiro, a senhora Secretária, Cristina José Garcias Valente e o senhor Tesoureiro, Hélder Manuel Túbal Raposo.-
---------**ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO** – Após verificar a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, eram vinte e uma horas e treze minutos.----------
---------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------
---------**Protocolo da Gestão Funcional da ZCTAPO** – A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria pronunciar sobre este ponto tendo o senhor João Diniz pedido a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes e dizendo que relativamente ao documento em apreciação, não tinha muito a dizer mas queria pôr algumas questões à Junta de Freguesia, que também fazia parte do programa do PS fazer uma alteração ao modelo de gestão da Zona de Caça, indo certamente negociar com a Associação de Caçadores em que termos seria feita a cedência. Na sua grande parte as cláusulas apresentadas na proposta do Protocolo estão de acordo com aquilo que a lista do PS tinha pensado para a cedência da gestão, mas, pensa que algumas que deveriam estar contempladas não estão, achando que o documento não é esclarecedor quanto a isso e quando se diz logo no título "Protocolo de Gestão

Funcional", olha para o documento e este não fala sobre a gestão funcional, fala sobre a gestão financeira, referindo-se a maior parte do documento à gestão financeira. Disse que as suas dúvidas se põem em relação à gestão funcional e no que toca, ao funcionamento da Zona de Caça. A Junta de Freguesia tem dois Assistentes Operacionais adstritos à Zona de Caça, antes da alteração havida, relativa à designação das categorias do Quadro de Pessoal estes eram Guardas Campestres, agora são Assistentes Operacionais como todos os outros. Perguntou se continuarão a trabalhar na Zona de Caça, se vão deixar de trabalhar na Zona de Caça e passar a desempenhar outras funções na Junta de Freguesia, o que disse ser perfeitamente possível, no caso de continuarem a trabalhar na Zona de Caça, quis saber quem irá assegurar as suas remunerações, pois acha que teria sido importante para a Junta ficar constando no Protocolo quem iria assegurar os vencimentos dos Guardas da Caça. Disse que relativamente aos lucros, a existirem, pensa que a situação ficou acautelada, pois a Junta tem assegurados 50% desses lucros.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que o Protocolo fala muito na Gestão Funcional da Caça, tendo referido como exemplos: assegurar quanto possível informações sobre as condições de caça em Portugal a contribuir para o fomento turístico, estabelecer e defender a ética, levar a efeito por iniciativa própria ou em colaboração com outros organismos povoamentos ou repovoamentos de espécies, pelo que, disse achar que o Protocolo é mais do que a gestão financeira, naturalmente, sendo uma parte muito importante, como é lógico, tinha que estar ali mencionada, até para salvaguardar os interesses da Junta de Freguesia designada como primeira outorgante. Relativamente aos funcionários, disse que vão realizar apenas as funções de Assistentes Operacionais, deixando assim as funções anteriores e sendo os seus vencimentos assegurados pela Junta de Freguesia, o que não quer dizer que caso o Executivo considere necessário, poderão ser designados esporadicamente para um ou outro serviço, eles ou qualquer outro funcionário da Junta. Questionou ainda o senhor João Diniz relativamente ao projeto de candidatura do PS para a Zona de Caça Turística, sobre as propostas que não se encontram contempladas no documento e quis saber quais eram, pois caso a bancada do PS tenha alguma proposta, o Executivo da Junta estaria disponível para a ouvir.------

---------O senhor João Diniz disse que o compromisso de carater verbal que existia entre a Junta de Freguesia e a Associação de Caçadores, foi assumir numa reunião da Assembleia de Freguesia, que a Junta necessitava urgentemente de resolver a questão da caça que ultimamente tem vindo a dar prejuízo, houve uma altura em que era da caça que saiam os maiores dividendos para o funcionamento da Junta de Freguesia, só que, a dada

altura os tordos deixaram de aparecer, as coisas foram-se deteriorando e neste momento a Zona de Caça era um peso para a Junta de Freguesia e esta não podia estar a gastar com os caçadores aquilo que deveria gastar com toda a população, tendo-se assumido que era necessário proceder a alterações, havendo várias hipóteses: acabar com a Zona de Caça Turística e passá-la a Zona de Caça Municipal, o que resultaria no prejuízo dos proprietários, pois deixariam de receber a renda por hectare dos terrenos de que são proprietários, tendo essa hipótese sido afastada precisamente para que tal não acontecesse; a outra seria a cedência à Associação de Caçadores que teria de passar por a Associação assumir a gestão da Zona de Caça, tendo também que assumir as respetivas despesas, considerando muito importante a questão dos guardas, pois são dois vencimentos que estão em causa e que representam um peso para a Junta de Freguesia, já houve uma altura em que não eram mas agora são, não foram discutidos pormenores na referida reunião, mas ficou a vontade da Associação de Caçadores em assumir a gestão da Zona de Caça e a vontade da Junta de Freguesia em ceder a gestão, certamente que se teria chegado a um consenso, tendo este de passar necessariamente por assumir o vencimento de um dos guardas, pois considerou ser necessário o trabalho de mais um guarda, uma vez que o único guarda que a Associação tem ao seu serviço, não vai ser suficiente para a Zona de Caça Turística, vai ser necessária a presença dos outros guardas, assim, a Associação, em sua opinião, se tivesse sido ele a negociar com eles, teria tido de assumir o vencimento de um guarda florestal, não tendo sido essa a exigência da Junta de Freguesia, considera que tudo bem e que a bancada do PS não iria votar o Protocolo contra por esse motivo, que iria votá-lo a favor, ainda por cima considerando ser este o primeiro documento que iriam votar enquanto oposição, fazendo questão de o aprovar, referindo que não era intenção da sua bancada vir fazer contra vapor, que era só o que faltava, mas pensa que seria um ato de boa gestão ter obrigado a Associação de Caçadores a assumir o vencimento de um dos guardas.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que o Executivo tinha estudado muito essa opção dos dois guardas, no entanto, o que se tem vindo a verificar, é que até agora, apesar da existência de dois guardas, como andam sempre os dois, pensa que é dispensável claramente o serviço desses dois homens, porque ao acompanharem-nos no serviço deles, verificaram que uma só pessoa consegue fazer o trabalho, pois se ambos fossem possuidores da carta de condução, se calhar o trabalho deles poderia ser feito de forma diferente, não existindo esta situação, considerou que seria exatamente a mesma coisa ter dois ou ter um, daí essa opção. A Junta de Freguesia assumiu a situação ao longo destes anos, tendo-se verificado no

ano atual uma derrapagem de cerca de mais ou menos dois mil e quinhentos euros, desconhecendo o motivo mas tendo de um momento para o outro começado a aparecer proprietários com dívidas de terrenos de imensos anos, quando nos contratos que haviam celebrado com a Junta, constava que caso não viessem receber durante determinado tempo, perderiam o direito a auferir o ano que tinha findado. O Executivo tomou uma posição para evitar que os tais dois mil e quinhentos euros não se transformassem em vinte mil, uma vez que houve pessoas que chegaram a querer receber o correspondente a dez anos, alguns quiseram receber mais, como o contrato não prevê e depois de feitas contas dava uma importância de cerca de cento e setenta e cinco mil euros de dívida, tendo achado que era um pouco irrisório, resultando daí que teriam que fechar a Junta ficando os proprietários com esta e o Executivo teria de se ir embora.----------

---------O senhor João Diniz disse que relativamente aos pagamentos aos proprietários, ter consciência de que as coisas funcionam assim, pois há pessoas que nunca receberam um cêntimo e até fazem alarde disso nos cafés, no entanto, por qualquer motivo, arranjam um atrito com o Presidente da Junta ou qualquer outro membro e dizem: agora vou lá e recebo o dinheiro todo que me devem, existindo um princípio do anterior Executivo que era o de qualquer pessoa que ao longo de dez ou onze anos não tivesse recebido dinheiro nenhum dos terrenos que tinha na Zona de Caça, em vez de receber um ano pagavam-se-lhe dois, continuando-se anualmente a pagar-lhe dois anos até as contas ficarem em dia, sendo evidente que se um qualquer indivíduo até porque as parcelas não são muito grandes, se tiver dez hectares e vier receber catorze ou quinze anos de renda é muito dinheiro e nem sempre há disponibilidade financeira para tal, disse compreender esta parte da questão perfeitamente e que estava esclarecido. Referiu que o grande problema da Zona de Caça é que as receitas têm vindo a decrescer ao longo dos anos, encontrando-se neste momento muito por aí abaixo, se a Zona de Caça neste momento rendesse à Junta o mesmo que rendia há cerca de catorze ou quinze anos, com certeza que o problema não se punha nem a Junta teria disponibilidade para ceder a gestão à Associação de Caçadores, pois nessa altura era muito rentável para a Junta de Freguesia, mas as coisas são assim, alteram-se ao longo dos tempos.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que daí o Executivo ter realizado este Protocolo, pois fica-se sempre salvaguardado uma vez que a Junta nunca irá ter prejuízo, existindo uma cláusula que salvaguarda esse princípio porque refere que caso se venha a verificar prejuízo, a Associação responsabilizar-se-á por essa despesa, no caso dos vencimentos dos guardas teoricamente e efetivamente estão alocados às despesas que se irão ter com

a caça, caso haja prejuízo ou caso não haja muito lucro, indiretamente a Associação está sempre a pagar os guardas.----------
---------O senhor João Diniz disse não ter percebido onde é que o Protocolo refere que o vencimento dos guardas está alocado à Associação.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que o vencimento dos guardas é uma despesa da caça.----------
---------O senhor João Diniz perguntou se isso queria dizer que a Associação vai assegurar o vencimento dos guardas.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que a Associação se comprometeu a pagar todas as despesas inerentes à caça, tudo o que existir como despesa da caça a Associação terá de cobrir.----------
---------O senhor João Diniz referiu que se é assim ainda bem, mas quando se disse que o facto de se terem dois guardas eram como se se tivesse apenas um, uma vez que um deles não tem condições de mobilidade, não tem carta de condução é certo, mas só queria deixar o alerta de que a função dos guardas da caça não é só marcar portas no tempo da época da caça, é também necessário vigiar milhares e milhares de hectares que fazem parte das duas Zonas de Caça, da Turística e da Municipal. Se apenas se tiver um guarda a fazer esse trabalho, está-se a promover o aparecimento de caçadores furtivos pois uma só pessoa não consegue assegurar a vigilância de uma tão vasta área, que deve ser o equivalente a setenta por cento da freguesia do Sobral.----------
---------A senhora Presidente da Assembleia preguntou se mais alguém tinha alguma coisa a dizer e como ninguém quis usar da palavra, passou-se à votação deste ponto.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PROTOCOLO DA GESTÃO FUNCIONAL DA ZCTAPO.**----------
---------**<u>Alteração à Postura de Trânsito;</u>**----------
---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria usar da palavra.----------
---------O senhor João Diniz disse que uma vez que a alteração prevê a instalação de bandas sonoras na Rua Luís de Camões, queria saber se existe alguma evolução no que toca à questão que estava em aberto com a Junta Autónoma de Estradas, no que se refere às bandas do Lameirão, se já responderam, se não responderam, em que ponto é que isso se encontra. Também na mesma área, se existe alguma informação no que respeita à Estrada 255-1, umas vez que sabe e o senhor Presidente certamente

também saberá, que o Engenheiro Melo que era o Diretor de Estradas já o não é, trabalha em Lisboa e foi substituído na Direção de Estradas do Sul.---------O senhor Presidente da Junta retorquiu que à última questão tinha até muito a dizer, que esteve em contacto com o senhor Engenheiro Luís Pinelo, que é atualmente o Diretor de Zona e substitui o senhor Engenheiro Luís Melo, teve conhecimento de que a Estrada nunca foi adjudicada, que aquilo que saiu em comunicação social e que foi transmitido pelo anterior Executivo da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça e da Junta de Freguesia de Santo Agostinho, segundo eles que apenas lá apareceram os Presidentes das duas Juntas de Freguesia e que tinha sido completamente falso que tivesse ficado a estrada adjudicada, nunca andaram à procura de casa, o processo encontra-se no Tribunal de Contas o qual tem um parecer favorável, provavelmente e disse que só acreditará que a estrada será arranjada quando vir as máquinas, mas que do contacto com eles já há alguns dias até de forma insistente, o que lhe foi dito é que a estrada está sinalizada, tem muita probabilidade de ser reabilitada mas que nunca esteve adjudicada, que é totalmente falso que tal tenha acontecido, perguntaram onde é que a Junta de Freguesia tinha o ofício com essa informação, esteve a tentar localizar esse documento junto do funcionário e não existe essa indicação, nem cá nem lá, tendo-lhe restado acreditar na palavra do senhor Engenheiro Luís Pinelo, que tudo fez para o esclarecer, depois de alguns e-mails e de alguns telefonemas em que o Executivo da Junta pensou inclusivamente voltar a chamar a comunicação social para verem o estado em que a estrada se encontra, o que é realmente assustador para quem frequenta aquela estrada todos os dias. Perguntou ainda o senhor Presidente se havia alguma questão no tocante à Rua Luís de Camões e às bandas sonoras do Lameirão. Disse ainda que têm estado a tentar negociar mas que não está fácil, pois querem que a autarquia fique com a rua só que isso implicava a responsabilidade desta até ao cruzamento, sendo todas as despesas de manutenção imputadas à Câmara, o que o Executivo da Junta não aceita, pois seria muito dispendioso, estando no entanto a pensar na melhor maneira de resolver a situação e que quando houver novidades a Assembleia será informada.----------
---------O senhor João Diniz disse que só queria apresentar duas notas. Relativamente à questão de a Câmara aceitar ficar com a estrada não faz sentido, acha que a manutenção daquele troço deve ser mantido pela Junta Autónoma de Estradas, pois a responsabilidade é deles e assim deve continuar a ser, até porque em tempos eles quiseram entregar à Câmara toda a estrada de Moura até ao Sobral, já se sabe o que é que iria acontecer, pois a responsabilidade é deles e não se devem dirimir das responsabilidades que têm. No que se refere à questão da adjudicação da

Estrada Nacional 255-1 disse esperar muito bem que ninguém tente pôr em causa aquilo que ele afirmou e lhe foi dito pelo senhor Engenheiro Melo numa reunião realizada na Direção de Estradas em Beja, esta informação foi-lhe transmitida por ele e também pelo senhor Presidente da Câmara numa Assembleia Municipal, que possuía a mesma informação e que lhe tinha sido passada pelo senhor Engenheiro Melo, tendo dito que fazia questão de na próxima Assembleia de Freguesia, trazer a ata da Assembleia Municipal onde esse assunto tinha sido debatido entre ele e na altura o senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Pós de Mina, para que não restem dúvidas de que a informação que foi passada foi precisamente essa: que em julho tinha sido feita a adjudicação e que o início da obra teria lugar naquela altura, ao que lhes foi dito em setembro, depois outubro, etc., já se está em novembro e ainda não aconteceu, mas uma coisa é certa, o concurso foi aberto tendo tido o desenvolvimento normal, no entanto se por algum motivo as coisas ficaram paradas, o que acredita que é perfeitamente possível, o que não aceita é que o senhor Engenheiro Melo lhe diga na cara a ele e não só a ele que as coisas são assim e depois não são nada daquilo que ele afirma, até porque é uma pessoa com responsabilidades e deveria ter tido melhor atenção àquilo que disse, se realmente a pessoa que o veio agora substituir que ele disse desconhecer, tem razão, facto que lhe deixa grandes dúvidas. Disse que voltariam a falar do assunto na próxima Assembleia.----------

---------O senhor Presidente da Junta disse que a primeira pessoa com quem ele falou foi o senhor Engenheiro Melo, até porque era a única pessoa com quem ele tinha o contacto mais direto, quis também salientar que o atual Executivo não põe em causa a referida reunião nem o que saiu dela, agora não podem e infelizmente para todos e a maioria frequenta esta estrada diariamente, não se pode dizer que vai ser feita hoje ou amanhã porque o senhor Engenheiro Pinelo disse que nunca esteve para este ano a previsão da sua adjudicação nem da sua reabilitação, tendo o seu primeiro contacto sido com o senhor Engenheiro Melo que depois o passou para o senhor Engenheiro Pinelo que foi quem o veio substituir. Não põe em causa qualquer decisão que tenha saído dessa reunião, provavelmente não deverá ter sido uma deliberação oficial senão existiria algum ofício ou outro documento a informar as Juntas de Freguesia da data da execução da empreitada, pois o que está no jornal corresponde ao que o senhor João Diniz referiu, mas infelizmente para todos está no estado em que está.-------

---------A senhora Presidente da Assembleia perguntou se mais alguém pretendia intervir e como isso não aconteceu passou à votação.----------

---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------

---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------

---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÂNSITO.**---------
--------- **Regulamento da Utilização do Parque de Merendas do Gargalão** ----------
---------O senhor João Diniz pediu a palavra começando por dizer que espera que não lhe levem a mal de dar a sua opinião sobre duas ou três questões e que o senho Presidente da Junta há de compreender que ele não está aqui para dificultar as coisas, mas que também tem opinião sobre algumas coisas, disse que o que tinha para dizer não são coisas muito importantes, que no artigo 4.º, onde se referem as prioridades no que toca à cedência às entidades, a primeira diz: Associações sem fins lucrativos da Freguesia, depois: A Pessoas Particulares da Freguesia, Associações sem fins lucrativos do concelho de Moura, disse achar com toda a franqueza que a segunda e a terceira prioridades não se perdia nada se fossem trocadas. Supondo que os bombeiros ou a Associação de Reformados pedem o Parque para um determinado dia, se houver um particular do Sobral que peça já não pode ser cedido à instituição, acha com franqueza que faria sentido, sem desprimor pelos particulares da freguesia, trocar esta ordem porque na sua opinião, o coletivo deve-se sempre sobrepor ao individual, não sabe se existe disponibilidade para efetuar esta alteração pois estes documentos podem perfeitamente ser alterados na Assembleia de Freguesia, gostaria de ouvir a posição do Executivo. A outra questão tem a ver com as taxas, Associações Sem Fins Lucrativos do Concelho de Moura e Pessoas Particulares do Concelho, em que a taxa tem o mesmo valor para aqueles de fora do concelho, perguntou se não faria sentido se estes valores para o concelho de Moura fossem reduzidos para metade, que ficassem mais baixas do que para aqueles que são de fora do concelho. Também disse que não sabe até que ponto não deveria haver um ponto em que a cedência fosse gratuita a IPSS que são instituições sem fins lucrativos, mencionando que por exemplo há uma entidade que vem três ou quatro vezes por ano para o Gargalão, a Santa Casa da Misericórdia de Serpa, se lhes forem cobrados cem euros por cada vez que aqui se deslocam, ou mesmo cinquenta euros, possivelmente deixarão de vir, referiu que achava que um dos objetivos do Gargalão é também o de divulgar e promover a Freguesia, que é de todo o interesse que as pessoas nos visitem em vez de as afastarmos criando-lhes taxas de um certo valor, seria preferível cativá-las. No que respeita à caução perguntou se é mesmo taxativo, se quem pede para utilizar o Gargalão tem mesmo de entregar cem euros.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que em primeiro lugar os Regulamentos são feitos para se cumprirem, logo se está no Regulamento

claramente é para cumprir, disse que concorda que gostamos de ser visitados, e, a visita de outras entidades e particulares é sempre bem-vinda à nossa freguesia e até ao nosso concelho, no entanto, não podemos nunca descurar uma situação, o Parque de Merendas é um local que exige algumas despesas, como o Executivo não quer que continue a haver um Jardim Infantil perigoso para as nossas crianças e até mesmo para as crianças que nos visitam, que ali brincam, decidiu a Junta que será mais fácil pedir o pagamento de algum valor, concretamente cinquenta euros para uma Associação Sem Fins Lucrativos, achando que não é pelo pagamento desta importância que deixa de fazer lá a atividade e até pensa que da próxima vez que for ao Gargalão, o Parque de Merendas terá condições mais apelativas, se calhar poderá atrair mais gente interessada e esses cinquenta euros divididos por tantas pessoas, acaba por ser um preço simbólico e as condições serão cada vez melhores, infelizmente as pessoas encontram-se a passar muitas dificuldades, as Associações de modo igual, mas a Junta de Freguesia tem de zelar por aquilo que possui de bom, com valor, sendo vontade desta melhorar e o Parque de Merendas do Gargalão é claramente uma aposta da Junta de Freguesia no valor, no desenvolvimento e nas melhorias das condições, porque o Executivo acha que atualmente o Parque de Merendas se encontra desprezado, que aquele jardim que ali existe está perigosíssimo, sendo uma forma do seu melhoramento a aplicação das taxas, pois caso contrário como provavelmente saberão será difícil manter a qualidade de um Parque de Merendas daquele género sem se ter algum tipo de lucro, embora estas taxas não possam ser consideradas lucro pois quase nem dá para a manutenção mas é uma ajuda que será aplicada integralmente no mesmo. Ainda no que se refere ao art.º 4.º do Regulamento, existem muitas Associações Sem Fins Lucrativos no concelho de Moura que visitam o Sobral, mas disse achar que as infraestruturas que se possuem, em primeiro lugar deverão ser sempre a favor das pessoas e das instituições do Sobral da Adiça.----------
---------O senhor João Diniz disse que quando surgir alguma alteração, a Junta poderia estar disponível para alterar o Regulamento, a bancada do PS podia fazer uma proposta de alteração que seria votada e derrotada, mas que acha com fraqueza que a questão das taxas no que toca às entidades do concelho poderia ser diferente daquela que é aplicada às pessoas ou instituições de fora do concelho, mas tudo bem, é opção da Junta, a sua bancada respeita, não vai fazer nenhuma proposta de alteração e vai aprovar o Regulamento tal e qual a Junta o apresenta, mas queria só deixar uma nota que é a seguinte: pensa que a Junta de Freguesia não perderia nada em uma ou outra vez aproveitar as opiniões, as posições que a sua bancada apresenta porque não são apresentadas com o objetivo de

prejudicar a Junta, antes pelo contrário, a razão da sua presença é a de querer o melhor para a Freguesia de Sobral da Adiça e vão votar favoravelmente o Regulamento se os seus camaradas de bancada assim o entenderem e têm certamente liberdade de voto na presente questão.---------
---------O senhor Presidente da Junta disse que importa salientar ao contrário do que foi dito pela bancada do PS, as Associações Sem Fins Lucrativos do concelho de Moura, não pagam cem euros, pagam cinquenta euros, a Junta até poderá ouvir a proposta: vinte e cinco, zero.----------
---------O senhor João Diniz frisou que as taxas aplicadas às instituições ou particulares do concelho, deveria ser diferente daquela que é aplicada a instituições ou particulares de fora do concelho, o Regulamento refere ser igual.----------
---------O senhor Presidente da Junta disse que o Regulamento diz que o valor é o mesmo, apenas com uma grande diferença, apesar da taxa ser igual, as entidades têm sempre prioridade, sendo esse o benefício das entidades relativamente aos particulares, pois as entidades do concelho de Moura, com certeza não têm mais dificuldades que as entidades do concelho de Serpa, A Junta decidiu trabalhar em parceria com alguns concelhos, nomeadamente com aqueles que são limítrofes com o de Moura, por isso acharam que o benefício e as Associações particulares teriam, seria apenas na prioridade, pois as Associações Sem Fins Lucrativos, todas elas passam por grandes dificuldades, no entanto voltou a salientar que o Executivo se encontra aberto a qualquer proposta, seja de que área for e desde que seja para melhorar e é convicção do Executivo que sim, pelo que não poderão ficar calados ao serem acusados de que não querem ouvir a bancada da oposição nem para lá caminha.----------
---------O senhor João Diniz disse que não queria estar a monopolizar a discussão, mas admitiu perfeitamente que a Junta de Freguesia tenha parcerias com os concelhos vizinhos, mas que isso não está explícito no Regulamento pois este apenas refere do concelho ou de fora do concelho e fora do concelho até pode ser do concelho de Valença ou de Caminha indo pagar uma taxa igual aos do concelho de Serpa ou do concelho de Moura.--
---------O senhor Presidente da Junta disse que seria uma honra termos uma freguesia do Minho ou de fora de Portugal que nos viesse visitar, era sinal de que a qualidade do Parque tinha evoluído.----------
---------VOTOS A FAVOR – SETE.----------
---------VOTOS CONTRA – ZERO.----------
---------ABSTENÇÕES – ZERO.----------
---------**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O <u>REGULAMENTO DA UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE MERENDAS DO GARGALÃO</u>**.----------

---------Não havendo mais assuntos a tratar e não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia encerrou a sessão eram vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos.----------

---------Para constar e devidos efeitos foi por mim, António José Machado Batista Limpo, funcionário da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, redigida a presente ata, sob a responsabilidade da Primeira Secretária e vai ser presente à sessão seguinte com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente, pelos Secretários da Mesa da Assembleia e pelos restantes eleitos presentes que o desejarem.----------

---------Assembleia de Freguesia de Sobral da Adiça, aos vinte e dois de novembro de 2013.----------